



# Anais da Assembleia

Nº 118

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA

ATA DA 93.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machado, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swrowski, Antônio Annibelli, Arlindo Trojan, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Munfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Cirvilho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amiral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Mário Bezerra e Nilton César (03). Achando-se em licença os Senhores Deputados Cezar Silvestri e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Abaixo segue relação dos Deputados que foram indicados para formar a Comissão Temporária Especial - Caso Aeroporto Regional:

PFL - DEPUTADO DUÍLIO GENARI

PDT - DEPUTADO ALBINO CORAZZA NETO

PMDB - DEPUTADO DOBRANDINO DA SILVA

PSDB - DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI

PTB - DEPUTADO MÁRIO BEZERRA

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) DUÍLIO GENARI

Comissão Temporária Especial

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2414

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 173/91, de sua autoria, que institui pagamento diferenciado (meia entrada) aos estudantes de 1º e 2º graus, das redes particular e pública, para o ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares.

Requer ainda, a inclusão do referido projeto (que recebeu pareceres favoráveis em todas as comissões competentes) para discussão na Ordem do Dia de 24 de setembro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 2414-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja retirado de votação o Projeto de Lei nº 344/91, por TRÊS SESSÕES, incluso na pauta da Ordem do Dia, de autoria do subscritor.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 2406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação para os projetos de lei nºs 410 e 411/91 (mensagens nºs 76 e 77/91), que tratam, respectivamente, de reajuste salarial aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 2418**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 342/91.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**REQUERIMENTO N° 2401**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO N° 2405**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o adiamento por 05 (cinco) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 097/91, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a custear despesas com tratamento de saúde de servidores estaduais ativos e inativos, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO N° 2420**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrivem, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, com base no disposto no artigo 107 do Regimento Interno, a transformação da presente Sessão Plenária em Comissão Geral para análise e parecer às emendas apresentadas ao Projeto de Lei n° 411/91, assim como a convocação da Sessão Extraordinária a realizar-se 15 minutos após o encerramento da presente sessão a fim de proceder-se a terceira discussão da matéria, bem como o projeto de lei n° 410/91.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(aa) Rafael Greca de Macedo, Ernani Pudell, Albino Corazza, Ademir Traiano, José Tavares, Paulo Maia, Heinz Herwig, Antônio Annibelli, Rossoni, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Emília Belinati, Tadeu Lúcio Ma-

chado, Plauto Miró Guimarães, Doutor Rosinha, Algaci Túlio, Arlindo Traian e Ovídio Constantino.

**REQUERIMENTO N° 2400**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do SENHOR ALTAIR FERREIRA DE ARAÚJO, ocorrido no dia 18 de setembro de 1991, no Município de Cambira-PR.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 2409**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, diante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à escritora POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS, primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Paranaense de Letras.

Que do presente dê-se oitância à homenagem e ao Presidente da Academia Paranaense de Letras.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Na noite de 13 de setembro próximo passado, as letras estiveram em festa. Ingressou para a Academia Paranaense de Letras Pompília Lopes dos Santos, a primeira mulher a ocupar uma cadeira naquela Casa. Aos 91 anos, a sempre jovem Pompília foi saudada pelo também escritor Odilon Túlio Vargas, bem como a mais nova integrante da entidade proferiu emocionante discurso, lembrando-se com carinho que ela é a quarta ocupante da cadeira paronímica n° 37. O patrono foi Ismail Martins, primeiro ocupante foi Nascimento Júnior, segundo ocupante foi Augusto Gumy e o terceiro, Dario Nogueira dos Santos, esposo da primeira imortal do Paraná.

Que este requerimento porte os cumprimentos do Poder Legislativo à sempre lúcida e simples Pompília Lopes Santos.

**REQUERIMENTO N° 2413**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, nos termos regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o duto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas - APACRIMI - pelo I Encontro Paranaense dos Advogados Criminalistas, realizado nos dias 28 e 29 de junho de 1991, em Curitiba.

Requer outrossim, que da decisão da

Casa seja dado ciência ao Dr. Elias Mattar Assad, Presidente da Entidade, para que receba e cumprimente toda a classe em nome do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) SEVERINO FELIX

#### JUSTIFICATIVA:

Neste I Encontro dos Advogados Criminalistas, participaram advogados de todo o Brasil, resultando na carta de Curitiba, um manifesto do pensamento da classe.

Portanto, nada mais justo do que manifestar nosso apoio aos nobres Advogados.

#### REQUERIMENTO N° 2410-A

Senhor Presidente,

Transcrevemos a Vossa Excelência, cópia telex recebido, cujo teor demonstra situação aflita produtores rurais.

De: Sindicato Rural de Bituruna

P/: Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Att. Dr. Agide Meneguette

Informamos esta presidência que a situação invasão de terras, tomando rumos insustentáveis, proprietários optando para conflito armado.

Diante tal situação solicitamos urgentes providências, evitando situações desconfortáveis.

Atenciosamente,  
Hermínio Leonardi  
Presidente

Contando com providências de Vossa Excelência renovamos-lhe atenciosas saudações.

(a) AGIDE MENEQUETTE

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná-FAEP

#### REQUERIMENTO N° 2411

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, a aprovação de moção de apoio à greve dos funcionários da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Central do Brasil e Petrobrás.

Consideramos justas as reivindicações, uma vez que a política do Governo Federal é de resistência às negociações e impõe uma política salarial que não atende às perdas acumuladas no decorrer do ano.

Consideramos ainda que o atual Governo tem implementado medidas que visam o desmantelamento do serviço público por conta da proposta de privatização dos serviços. Nesse sentido esperamos que esta Casa aprove esta moção de apoio em solidariedade aos servidores públicos que no seu dia-a-dia prestam serviços a toda população brasileira.

Requerem ainda, seja dado conhecimento desta moção ao Senhor Presidente da Re-

pública. Fernando Collor de Mello, ao Senhor Ministro da Economia Marcílio Marques Moreira, ao Senhor Ministro do Trabalho Antonio Rogério Magri, e aos diretores presidentes das empresas acima descritas.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(aa) ERNANI PUDEL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

#### REQUERIMENTO N° 2402

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, sejam enviados FAX ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião de Melo e Silva, bem como ao Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Dr. Heitor Wallace de Melo e Silva, solicitando aos mesmos esforços junto ao Banco Central para que o Banco do Estado do Paraná passe a atender em horário especial os pensionistas e aposentados, quer do Estado, quer da Previdência Social, nos dias de pagamento a esses pensionistas e aposentados.

O motivo principal deste requerimento é o fato de que pensionistas e aposentados, em sua maioria, são pessoas de idade avançada, muitas com saúde precária, e têm que enfrentar filas enormes nos dias de pagamento de seus salários.

Tal procedimento já vem sendo realizado no Estado do Ceará, e quer-se esse benefício estendido também à população paranaense.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 2403

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam enviados FAX às autoridades abaixo discriminadas, solicitando a viabilidade de os bancos, no Estado do Paraná, atenderem em horário especial os pensionistas e aposentados para recebimento de seus salários, nos dias de pagamento do sistema previdenciário:

a) ao Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em Brasília;

b) ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antonio Rogério Magri, em Brasília;

c) ao Presidente do Banco Central, Francisco Roberto André Gros, em Brasília;

d) ao Delegado Regional do Banco Central no Paraná, Dilson Sampaio da Fonseca, em Curitiba.

O motivo principal deste requerimento é o fato de que pensionistas e aposentados serem, na maioria, pessoas de idade avançada, muitas delas doentes, e terem que

enfrentar filas enormes nos dias de pagamento de seus minguados salários.

Tal procedimento já vem sendo realizado no Estado do Ceará, e quer-se estender também ao Paraná.

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 2404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado da Fazenda e da Agricultura e Abastecimento, solicitando uma reavaliação e correção da nova pauta de preços do suíno, para comércio com outros Estados.

Seja dado conhecimento desta proposição à Associação Paranaense de Suinocultores, à Federação da Agricultura do Estado do Paraná e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) ALBINO CORAZZA

#### JUSTIFICATIVA:

Os mais de 170 mil criadores paranaenses de suínos sentem-se prejudicados com a nova pauta de preços estabelecida pela SEFA, no que diz respeito ao ICMS cobrado de forma diferenciada sobre o produto, em relação ao preço pago pela indústria. O produtor paga, de acordo com esta pauta, o imposto sobre um valor de 350 cruzeiros o quilo, enquanto recebe na realidade o pagamento de menos de 300 cruzeiros pelo seu produto, recolhendo ICMS, portanto, sobre 55 cruzeiros a mais por quilo além do devido.

Considerando que os órgãos governamentais divulgam diariamente os preços para comercialização dos produtos agropecuários, torna-se incompreensível a adoção de tal medida que acarreta prejuízo de 8,50 cruzeiros por quilo aos suinocultores que fazem do Paraná o Estado maior produtor brasileiro.

O pagamento do que é justo e devido não é questionado pelos criadores que sempre estiveram dispostos a cumprir suas obrigações com o Tesouro do Estado, no entanto, a medida que recentemente entrou em vigor merece ser revista e corrigida, por isso esperamos receber parecer favorável.

#### REQUERIMENTO N° 2410

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial deste Poder à Secretaria Especial de Política Habitacional do Paraná acompanhando abaixo-assinado na FEMOCLAM - Federação Comunitária das Asso-

Curitiba, quinta, em 19.09.91

ciações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, pela criação de um fundo habitacional destinando recursos para a construção de casas populares através de programas de mutirão habitacional.

Que do teor do presente dê-se ciência à FEMOCLAM.

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário falar acerca do sensível "déficit" habitacional nos grandes centros urbanos. O trabalho da FEMOCLAM junto às associações de moradores tem sido desenvolvido no sentido de lutar, de forma unificada, junto aos órgãos oficiais para a solução dos problemas da população, sobretudo este de cunho habitacional, razão porque organizou o abaixo-assinado anexo, endereçado ao Governador do Estado.

#### REQUERIMENTO N° 2412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA, Presidente do Conglomerado BANESTADO, solicitando a viabilidade de estudos para a abertura de um posto de atendimento, no recém-criado Município de Nova Santa Bárbara, desmembrado de Santa Cecília do Pavão.

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

#### JUSTIFICATIVA:

O Município apresenta altos índices de produtividade agrícola, a comunidade está colocando o espaço físico à disposição do Banco e podemos afirmar com certeza que os resultados para o BANESTADO serão positivos.

#### REQUERIMENTO N° 2416

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública, no sentido de que seja destinado um veículo ambulância para o município de IPORÁ - Distrito de OROITÊ.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme as constantes e justificadas reclamações das lideranças locais, ressen-te-se o município de melhores condições financeiras para atender a grande demanda de pedidos na área da saúde, quer no to-

cante de remédios, atendimento ambulatorial e principalmente, no transporte de doentes dos distritos, das vilas para a sede do município, para os postos de saúde e até para os outros centros mais evoluídos clinicamente. A ambulância é reivindicação permanente em todas as reuniões com as comunidades.

## REQUERIMENTO N° 2417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados Expedientes Oficiais a Senhora Margarida Maria Maia Procópio, Ministra da Ação Social; Senhor Doutor Alcení Guerra, Ministro da Saúde; Senhor Professor Carlos Alberto Chiarelli, Ministro da Educação, solicitando e recomendando a implantação de um CENTRO INTEGRADO DE APOIO À CRIANÇA - CIAC, no Município de ALTÔNIA.

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Com a divulgação do plano do Governo Federal na área da Assistência à Criança, o município de ALTÔNIA não pode ficar sem ser contemplado com o já ansiosamente esperado CIAC.

Esse projeto de educação e assistência à criança de uma maneira integrada com a preocupação com a saúde e permanência do estudante na escola, sem dúvida, será um grande avanço na solução de um dos maiores problemas do município, que é o da Educação. A ação de entidades diferentes que tratam das questões na área da saúde, da alimentação, da educação formal e da socialização do jovem em idade escolar, faz com que os recursos sejam esparsos e poucos, pois a sua pulverização dificulta a sua efetiva aplicação.

## REQUERIMENTO N° 2415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e no disposto do art. 55 da Carta Estadual, REQUER, ouvido o Plenário, envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Deputado Homero Oguido - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a resposta aos seguintes quesitos:

1) Quais os municípios do Paraná que receberam até a presente data recursos provenientes do PEDU, referentes ao exercício findo de 1990? Qual o valor contratado e as datas dos créditos efetuados pelo BANESTADO?

2) Quais os municípios que ainda não obtiveram a liberação; os valores dos contratos e as razões desse fato tudo no mesmo exercício de 1990?

3) Quais os municípios paranaenses que

já receberam repasses da verba do PEDU, valores de cada um deles; referente ao exercício corrente de 1991?

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Albino Corazza, Emília Belinati, Dobrandino da Silva, Heinz Herwig, Alceu Swarowski, Élio Rusch e Eurides Moura.

## REQUERIMENTO N° 2408

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrita nos Anais do Poder Legislativo do Estado a "CARTA DE CURITIBA", aprovada como conclusão dos trabalhos do I ENCONTRO PARANAENSE DOS ADVOGADOS CRIMINALISTAS, realizado nesta Capital, nos dias 28 e 29 de junho próximo passado.

Que do presente seja dada ciência ao Presidente da Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas, Advogado Elias Mattar Assad.

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

No mês de junho, por iniciativa da APACRIM - Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas - Curitiba foi transformada na cidade-sede de importantes discussões de fórum criminal. As conclusões revelam a qualidade dessas discussões e a contribuição em que elas se constituem sobre o debate de algumas das questões mais polêmicas da cena política e social, como a Pena de Morte, que o documento a ser transcrito em nossos Anais repudia de forma veemente.

## Projeto de Lei:

## PROJETO DE LEI MODIFICATIVO N° 425/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1° - O Artigo 1°, da Lei n° 9564, de 31 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica criado o Município de Mato Rico, "ad referendum" do resultado de consulta plebiscitária, em data a ser fixada pelo Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Partindo de um marco de concreto, fixado na margem direita do Rio Cantú com a foz do Córrego do Peixe, seguindo por esta até a sua nascente; seguindo deste ponto por linha seca até a nascente do Rio Juquiri, e deste novamente por linha seca até a nascente do Rio Mato Rico; daí por outra linha seca até a nascente do Rio Água Bonita; daí, seguindo por uma estrada

até o seu encontro com o Córrego Quarenta e Três, e por este até o seu encontro com o Rio Palmital; daí, pelo Rio Palmital divisando com o Município de Roncador até o seu encontro com a estrada Pitanga à Campo Mourão, e por esta até o Rio Macacos, seguindo por este até a sua foz no Rio Cantú, divisando com o Município de Palmital, até a foz do Córrego do Peixe, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

O Plano de Lei em tela objetiva corrigir distorção apresentada no Memorial Descritivo da área do Município de Mato Rico, desmembrado do Município de Pitanga.

A correção que este Projeto pretende incutir, atende os parâmetros do IBGE, consultado sobre o melhor procedimento a impor-se à área emancipada.

Assim ajustado, o Memorial Descritivo ensejará determinar-se com maior grau de precisão o contingente populacional da área, positivamente importante para que o novo Município de Mato Rico possa apresentar-se às eleições municipais de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É evidente que no momento em que vive o trabalhador deste Estado, o trabalhador do Serviço Público, uma situação de penúria nós temos que de fato registrar pelo menos nesse início de tentativa de reajuste dos salários destes trabalhadores. Mas no momento em que se discute, no momento em que se utiliza da imprensa para se mostrar com galhardia essa proposta de reajuste salarial, se despreocupando de fato com a defasagem que vive hoje o trabalhador do Serviço Público, principalmente em relação a este salário mínimo que está posto aí pelo Governo Federal.

Não podemos deixar de registrar neste momento, a situação que representa hoje para o funcionalismo público do Paraná este reajuste de 20%. Se comparando a salários mínimos passados ou salários mínimos presentes e os 20% que o Governo está dando, esses trabalhadores, de fato, terão ainda mais achatamento nas suas condições de vida e de salários, porque senão vejamos a tabela da Fundação Caetano Munhoz da Rocha: antes da proposta dos 20% esses trabalhadores estavam ganhando, nos níveis iniciais, o equivalente a 1.91 no início

de carreira, 2.11, 2.32, 2.50 até 7.88.

Com a atual proposta do reajuste salarial do Governo do Estado a situação desses trabalhadores fica pior ainda. Mas, é evidente que nós não temos como deixar de aprovar esta mensagem porque vai representar uma migalha para quem já está passando necessidade mais significativa. E vejamos, por exemplo, o que vão representar esses 20% na situação da tabela desses servidores. Enquanto que no início da tabela um funcionário no início de carreira da Fundação recebe atualmente 1.91, com o reajuste de 20% proposto esse funcionário vai passar a receber com o salário mínimo de 42 mil cruzeiros o equivalente a 1 salário mínimo. Ele perde 09.91 de salário. E o que ganhava 2.11 passa a ganhar com este nível proposto pelo Governo 1.02. E o que ganhava em torno de 7.88, que são os médicos, enfermeiros, dentistas, vão passar a ter um salário de 5.36 equivalentes ao salário mínimo. E por que fazemos esta comparação em termos de salário mínimo? Porque achamos bom ou ruim, o quadro que se põe a nível de trabalhador é sempre o mínimo. Não se sabe neste País qual é o salário máximo que se poderia pagar ao trabalhador.

Quando nós vemos quadro da tabela de 40 horas para os trabalhadores estatutários percebemos a seqüência da defasagem salarial pela qual vão passar esses trabalhadores. Senão vejamos, no início de carreira quando se ganha 1.51, atualmente, com o salário mínimo de 42 mil cruzeiros e a proposta de reajuste de 20% esse trabalhador vai passar a receber o equivalente a 1 salário mínimo. Aquele que recebia até 8.70 por 40 horas de trabalho vai passar a receber 4.23.

Então vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o quadro neste momento não é para uso de imprensa para alardear uma falsidade, que se propõe a nível de trabalhadores do serviço público. É óbvio que a realidade está posta. E estamos partindo, quem sabe, para o primeiro caminho para tirarmos os trabalhadores do serviço público desta condição caótica e de miserabilidade em que vivem. Mas, é o começo. E nós esperamos que haja continuidade, que haja de fato uma preocupação do Governo do Estado em corrigir as perdas salariais, chamando as categorias, chamando as suas representações, para discutir, efetivamente, as perdas que só neste Governo já ultrapassam, pelos órgãos estatísticos, a mais de 150%.

E o que está se propondo, agora, é um mero paliativo. E nós não podemos deixar de registrar isto aqui. É um mero paliativo que veio em consequência do salário mínimo, que foi elevado de vinte e três para quarenta e dois mil cruzeiros.



Era só isso. Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o horário do Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, não há oradores inscritos.

Passamos, de imediato, ao Horário das Lideranças.

Consultamos à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu Horário.

Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna para prestar alguns esclarecimentos à esta Casa, "com referência às denúncias do Deputado Ernani Pudell...(LÊ):

"ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

Com referência às denúncias do Deputado Ernani Pudell, abordando supostas "irregularidades" e má administração do Porto de Paranaguá, a Diretoria da APPA esclarece os pontos mencionados pelo parlamentar.

Com referência à:

1 - Manutenção de guindastes pela empresa TK S/A

O contrato assinado pela APPA com a TK ocorreu em 23.05.89, tendo sido prorrogado em 24.05.90, encerrando-se em 24.05.91. Trata-se de contrato celebrado pelas administrações anteriores, e que não foi renovado pela atual, que preferiu que a manutenção dos guindastes passasse a ser feita por pessoal próprio do Porto, o que vem ocorrendo desde o término do contrato.

Mencionado instrumento contratual tinha por objetivo a manutenção eletro-mecânica preventiva em 18 guindastes, sendo 17 existentes no Porto de Paranaguá e 1 no Porto de Antonina. Os serviços eram feitos na medida da necessidade, conforme requisições da Diretoria Técnica da APPA.

Como a movimentação no Porto de Antonina no período em tela foi muito reduzida, com apenas 8 (oito) navios operando nos doze meses, não houve problema no guindaste, que continua operando normalmente, sempre que necessário.

De fato o Tribunal de Contas do Estado encaminhou indagação a respeito, em data de 24.04.91, que foi respondida pela Superintendência em 06.05.91, não tendo havido mais qualquer manifestação daquela Corte sobre o assunto desde então.

No mês de abril não foi paga qualquer fatura à TK, tendo havido um pagamento acumulado em maio da ordem de Cr\$ 26.353.920,00 (vinte e seis milhões, tre-

zentos e cinquenta e três mil, novecentos e vinte cruzeiros).

Com referência à:

2 - Locações de armazém da primeira linha.

Não houve qualquer "locação irregular", e sim contratos de arrendamento efetuados com empresas de reconhecida idoneidade financeira e comercial, como a Klabin, FRIGOBRAS, portanto, não existia qualquer "norma federal da PORTOBRAS" proibindo o arrendamento, tanto é que todos os contratos foram homologados pela PORTOBRAS.

2.1 - IKPC - Indústrias Klabin de Papel e Celulose

a) Arrendamento d'área:- contrato firmado em 15.10.85 - prazo final:- 19.12.92;

b) Arrendamento do Armazém nº 3:- contrato celebrado em 24.10.88, com prazo de 3 (três) anos.

2.2 - Companhia Brasileira de Frigoríficos (SADIA)

Arrendamento dos armazéns 4 e 5, que foram transformados em frigoríficos. Contrato assinado em 2.04.81, com prazo de 10 anos, e Termo Aditivo de prorrogação por mais 10 anos, assinado em 05.12.90.

2.3 - SOCEPPAR - Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaenses

Arrendamento de área descoberta de 12.676,00 m2 e 15.549,00 m2 de área coberta, com contrato assinado em 25.10.85 e prazo até 19.12.92.

3 - Contrato de dragagem do Canal da Calheta, firmado com a CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro

A dispensa de licitação para contratação de tais serviços não se fundamentou na urgência, mas sim no fato de ser a CDRJ uma empresa estatal, controlada pelo União Federal, e por ser a mesma a única empresa nacional a possuir e operar dragas autotransportadoras com capacidade para transportar mais de 1.000 m3 de material em suas cisternas, conforme atestado fornecido pelo Ministério da Marinha e datado de 20 de maio de 1991.

Quanto à advertência feita pela Diretoria Técnica, a mesma deveu-se a uma interpretação equivocada dos fatores de Custo e reajuste da proposta da CDRJ, pois de 1985 a 1991 ocorreram fatos econômicos que impedem uma real comparação em dólares, como por exemplo má-devalorizações da moeda nacional em face dos diversos planos econômicos. De qualquer forma, a contratação não se deu pelo valor apontado, mas sim alcançou o montante de US\$ 1.46 milhão.

As informações recebidas pelo Deputado não estão corretas. Os valores mencionados não se referem a dívidas assumidas, mas sim à previsão orçamentária. De outro la-

do, a receita da APPA, nesta data, já ultrapassou os CR\$ 6,6 bilhões, devendo atingir até o final do exercício CR\$ 11 bilhões, estando portanto perfeitamente compatibilizada a receita a despesas previstas."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prestamos estes esclarecimentos que nos foram endereçados pela Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina, para que se estabeleça a verdade acerca do que vem acontecendo naquela instituição, para que não prevaleçam as inverdades apenas, às vezes de forma até desinteressante para o Paraná e que foram manifestadas nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Hoje os jornais publicam declarações do Governador do Estado do Paraná fazendo crer que as remunerações dos Deputados Estaduais do Paraná são inconstitucionais.

Neste sentido nós requeremos à Mesa que torne público e de preferência com publicação no Diário da Assembléia, das respectivas certidões de ganhos e de vantagens dos Deputados Federais, bem como dos Deputados Estaduais do Paraná, e a elaboração de um quadro demonstrativo explicando os índices de reajuste e as condições legais que fixaram os salários dos Deputados Estaduais.

Eu entendo que o nosso requerimento é oportuno porque cabe a nós também, como representantes do Poder Legislativo do Paraná, termos conhecimento dos cálculos e de toda a situação que envolve a remuneração dos Deputados Estaduais do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência por obséquio encaminhe por escrito o requerimento à Mesa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Presidente da Comissão Temporária Especial, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para comporem a referida Comissão referente à construção de um Aeroporto Regional. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de n° 2420, de autoria

dos Srs. Deputados Rafael Greca de Macedo, Ernani Pudell, Albino Corassa, Ademir Traiano e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral. - Retirado pelo autor.

Projeto de lei modificativo, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação aos Projetos de Lei n°s 410 e 411/91. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n° 342/91. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 411/91. - Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas para situar, qual o item da pauta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - N° 19.

O DR. ROSINHA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Primeiro vamos discutir o Projeto de Lei n° 410/91. Porto de Antonina.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 410/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 76/91, incorpora a partir de 1° de agosto de 1991, aos salários dos Servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, abono no valor de Cr\$ 15.000.00 (quinze mil cruzeiros) e reajusta os salários resultantes em 30,8% (trinta vírgula oito por cento), a partir de 1° de agosto de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 116, de 17.09.91, Mensagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 410/91

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei n° 410/91 objetiva a incorporação de abono aos salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, bem como um reajuste salarial de 30,8% (trinta vírgula oito



por cento).

Nada há a objetar quanto à iniciativa, prevista que está entre aquelas que são atribuídas com exclusividade ao Poder Executivo.

Quanto à justiça e legalidade do seu conteúdo, no entanto, mister se faz o pronunciamento desta Comissão. Extemporâneo, por estar sendo apresentado com atraso de quase três meses, haja vista a desobediência ao disposto pela Lei nº 9547, de 18.01.91, que fixou a data-base dos servidores a 1º de junho, injusto por reajustar os salários da categoria muito abaixo dos índices inflacionários, o projeto peca ainda por fazê-lo em percentual diferente aos concedidos aos demais servidores do Estado.

Premido entretanto, pela necessidade de não retardar ainda mais o reforço salarial que se faz tão necessário à sobrevivência dos servidores públicos do Paraná, este Deputado, por um senso de humanidade, não tem outra alternativa senão opinar pela aprovação, independentemente de outra atitude que possa vir a ser tomada por esta Casa, na defesa dos interesses do servidor.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
MÁRIO BEZERRA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 410/91

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 76/91, tem por finalidade incorporar, a partir de 1º de agosto de 1991, aos salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, abono no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), e reajusta os salários resultantes em 30,8% a partir de 1º.08.91.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 77/91, reajusta em 20% (vinte por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissões e funções gratificadas dos servidores civis e o sol-

do dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com voto em separado. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. nº 116, de 17.09.91, Mensagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA MENSAGEM Nº 77/91

PARECER:

O Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, por intermédio da Mensagem nº 77/91, propõe, a partir de 1º de setembro do corrente, que os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e função gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, inclusive das constantes da Lei nº 9663, de 16.07.91, o valor da Gratificação de Regência de Classe, das Gratificações de Produtividade e Representação de Gabinete, os valores do salário-família e das pensões, sejam reajustados em 20%; fixa também a remuneração do cargo de Secretário de Estado, e incorpora o abono provisório à referência I, nível de vencimento 1, Série de Classe A, do Quadro Próprio do Magistério.

Analisando a proposição, constatamos que a mesma é constitucional, uma vez que o Art. 66 da Carta Magna Estadual estabelece que o assunto é de competência privativa do Governador do Estado.

Assim sendo, somos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões em 18.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
JOSÉ TAVARES - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 411/91 VOTO EM SEPARADO

A Mensagem Governamental nº 77/91, encaminhada a este Poder, proposta de reajuste da remuneração dos servidores civis e militares do Estado, ativos e inativos, bem como das gratificações de Regência de Classe, Produtividade e Representação de Gabinete, Salário Família e Pensões. Fixa, também, remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado.

Não fossem as circunstâncias especiais em que se insere o plano de lei, pouco mais restaria a este Poder do que, no cumprimento de suas obrigações constitucionais, referendar a iniciativa do Excelentíssimo Sr. Governador, por se inserir no elenco daquelas que são, indiscutível-

mente, de sua exclusiva iniciativa.

Acontece, no entanto, que a proposta do Poder Executivo, por sinal a primeira desde a sua posse, de reajuste dos vencimentos dos servidores públicos, vem coroar uma série de irregularidades, que se prolonga desde o governo anterior, senão vejamos:

O último reajuste salarial dos servidores públicos do Estado, concedido através da Lei nº 9547, de 18.01.91, num percentual de 185,22, e escalonado em sua implantação no cinco primeiros meses do ano, como é fato notório e incontestável, tratou de reposição das perdas salariais ocorridas no segundo semestre de 1990, continuando o funcionário público estadual a sofrer a implacável corrosão inflacionária, através dos já quase vencidos nove meses de 1991.

Através do Decreto nº 532/91, de 25 de junho de 1991, pretende o Sr. Governador, invocando dispositivo da CF, justificar o não cumprimento do disposto no Art. 4º da Lei nº 9547, de 18 de janeiro do corrente ano, que estabelecia a data-base para o reajuste dos servidores do Poder Executivo em 1º de junho. Decreto legalmente inócuo: primeiro por se constituir em flagrante desrespeito à lei citada, em vigor e que segue os mesmos princípios adotados e obedecidos pela administração federal; segundo, porque, embora se tente escudá-lo em dispositivos da CF, a espanca frontalmente, ao tentar limitar de pronto as despesas de pessoal aos 65%, invocando o disposto no Art. 38 da Carta Magna, sem levar em conta o parágrafo único, que diz:

"Art. 38 - ...

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, deverão retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente, à razão de UM QUINTO AO ANO."

Como se vê, o próprio constituinte federal, consciente das implicações sociais que a inflexibilidade da lei, em tal caso acarretaria, prevê uma redução gradual das despesas excessivas com pessoal, em cinco anos, minorando, assim, possíveis danos. E não nos é dado sermos, por conveniência, mais constitucionalistas que a própria Constituição.

Da mesma forma, inconsistentes são as alegações de falta de dotação orçamentária suficiente, cansados que estamos, nesta Comissão e no Plenário, dar, com maior boa vontade, créditos suplementares solicitados pelo Sr. Governador, para repor dotações orçamentárias corroídas pela inflação.

Note-se que não estamos dando ao servidor nenhum ganho real, mas repondo, de

forma insuficiente, as perdas causadas por uma inflação que só não foi prevista por quem não teve tino, ou não achou conveniente.

Se, há anos, apesar dos percalços, bem ou mal, inclusive em administrações do PMDB, se tem procurado dar aos servidores públicos uma remuneração condigna, não nos é fácil entender este aqodamento em desprestigiá-los, e mesmo, humilhá-los, como se culpados fossem pelos males do Estado.

É certo que maus funcionários há. Como existem maus governantes e maus administradores, até maus deputados. Mas os instrumentos estão aí, existem os Estatutos dos Servidores Públicos, os inquéritos, as leis civis e penais, para que se possa enquadrá-los e torná-los produtivos ou dispensá-los. Mas não será certamente, pelo caminho mais fácil da prepotência e o nivelamento por baixo, que haveremos de fazer justiça, de forma positiva, punindo aos maus sem espezinhar os bons, os produtivos, indispensáveis para o andamento da máquina governamental.

Por outro lado, o envio de mensagens diversas concedendo aumentos em percentuais diferentes a diferentes categorias de servidores, procedimento que tem sido adotado costumeiramente pelo Sr. Governador do Estado, haja vista que nesta mesma sessão estou relatando outro projeto, o de número 410/91, que dá um aumento diferenciado aos servidores do Porto de Paranaguá, não se nos parece revestido de justiça e legalidade. De justiça, por se reconhecer que as categorias estão defasadas e os reajustes propostos, mesmo sendo irrisórios, deveriam ser iguais. De legalidade, por dar tratamento diferenciado a diversas categorias de servidores, em afronta, no mínimo, ao princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei.

Na forma do exposto, que poderia ser bem mais contundente, não fora o exíguo espaço de tempo que nos restou para apreciar o projeto, por força, exclusivamente, da demora do Sr. Governador em encaminhá-lo a este Poder, atrasado que está, desde 1º de junho, data-base para o reajuste dos servidores estaduais, fixada por lei e não querendo prolongar ainda mais a sua agonia, na espera deste almejado e minguido reajuste, somos obrigados a opinar pela sua aprovação, com restrições, solicitando que este parecer, na forma do Art. 54, § 7º, do Regimento Interno, seja apenas o parecer do relator, como voto em separado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 411/91

## PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 77/91, tem por finalidade reajustar em 20% (vinte por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T. da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo; conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

VOTO EM SEPARADO AO

PROJETO DE LEI N° 411/91

A Mensagem Governamental n° 77/91, encaminhada a este Poder, proposta de reajuste da remuneração dos servidores civis e militares do Estado, ativos e inativos, bem como das gratificações de Regência de Classe, Produtividade e Representação de Gabinete, Salário Família e Pensões. Fixa, também, remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado.

Não fossem as circunstâncias especiais em que se insere o plano de lei, pouco mais restaria a este Poder do que, no cumprimento de suas obrigações constitucionais, referendar a iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador, por se inserir no elenco daquelas que são, indiscutivelmente, de sua exclusiva iniciativa.

Acontece, no entanto, que a proposta do Poder Executivo, por sinal a primeira, desde sua posse, de reajuste dos vencimentos dos servidores públicos, vem coroar uma série de irregularidades, que se prolonga desde o Governo anterior. Senão vejamos:

O último reajuste salarial dos servidores públicos do Estado, concedido através da Lei n° 9547, de 18 de janeiro de 1991, num percentual de 185,22, e escalonando em sua implantação nos cinco primeiros meses do ano, como é fato notório e incontestável, tratou de reposição das perdas salariais ocorridas no segundo semestre de 1990, continuando o funcionário público estadual a sofrer a implacável corrosão inflacionária, através dos já

quase vencidos, nove meses de 1991.

Através do Decreto n° 532/91, de 25 de junho de 1991, pretende o Senhor Governador, invocando dispositivos da CF, justificar o não cumprimento no disposto no art. 4° da Lei n° 9547, de 18 de janeiro do corrente ano, que estabelecia a data-base para o reajuste dos servidores do Poder Executivo em 1° de junho. Decreto legalmente inócuo: primeiro por se constituir em flagrante desrespeito à lei citada, em vigor e que segue os mesmos princípios adotados e obedecidos pela administração federal; segundo, porque, embora se tente escudá-lo em dispositivos da CF a espanca frontalmente, ao tentar limitar de pronto as despesas de pessoal aos 65%, invocando o disposto no art. 38, da Carta Magna, sem levar em conta o seu parágrafo único, que diz:

"Art. 38...

§ Único - A União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, deverão retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente a razão de um quinto ao ano".

Como se vê, o próprio constituinte federal consciente das implicações sociais que a inflexibilidade da lei, em tal caso acarretaria, prevê uma redução gradual das despesas excessivas com pessoal, em cinco anos, minorando, assim os possíveis danos. E não nos é dado sermos, por conveniência, mais constitucionalista que a própria constituição.

Da mesma forma, inconsistentes são as alegações de falta de dotação orçamentária suficientes, cansados que estamos, nesta Comissão e no Plenário, de votar, com a maior boa vontade, créditos suplementares solicitados pelo Senhor Governador, para repor dotações orçamentárias corroídas pela inflação.

Note-se que não estamos dando ao servidor nenhum ganho real, mas repondo, de forma insuficiente as perdas causadas por uma inflação que só não foi prevista por quem não teve tino, ou não achou conveniente.

Se, há anos, apesar dos percalços, bem ou mal, inclusive em administrações do PMDB, se tem procurado dar aos servidores públicos uma remuneração condigna, não nos é fácil entender este acodamente em desprestigiá-los e, mesmo, humilhá-los, como se culpados fossem pelos males do Estado.

É certo que maus funcionários há. Como existem maus governantes e maus administradores, até maus deputados. Mas os instrumentos estão aí, existem os Estatutos dos Servidores Públicos, os inquéritos, as leis civis e penais, para que se possa enquadrá-los e torná-los produtivos

ou dispensá-los. Mas não será certamente, pelo caminho mais fácil da prepotência e o nivelamento por baixo, que haveremos de fazer justiça, de forma positiva, punindo aos maus, sem espezinhar os bons, os produtivos, indispensáveis para o andamento de máquina governamental.

Por outro lado, o envio de mensagens diversas, concedendo aumentos em percentuais diferentes a diferentes categorias de servidores, procedimento que tem sido adotado costumeiramente pelo Senhor Governador do Estado, como o que dá aumento diferenciado aos servidores do Porto de Paranaguá, não se nos parece revestido de justiça e legalidade. de justiça, por se reconhecer que todas as categorias estão defasadas e os reajustes propostos, mesmo sendo irrisórios, deveriam ser iguais. De legalidade, por dar tratamento diferenciado a diversas categorias de servidores, em afronta, no mínimo, ao princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei.

Na forma do exposto, que poderia ser bem mais contundente, não fora o exíguo espaço de tempo que nos restou para apreciar o projeto, por força, exclusivamente, da demora do Senhor Governador em encaminhá-lo a este Poder, atrasado que está, desde 1º de junho, data-base para o reajuste dos servidores estaduais, fixada por lei e não querendo prolongar ainda mais a sua agonia, na espera deste almejado e minúsculo reajuste, somos obrigados a opinar pela sua aprovação, com restrições, solicitando que este Parecer, na forma do art. 51, § 7º do Regimento Interno, seja apenso ao Parecer do Relator, como voto em separado.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18.09.9

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Em discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados

Esse Projeto de Lei é o que concede o reajuste aos servidores públicos do Estado do Paraná num total de 20%. Nós entendemos isto como uma pequena reposição das perdas salariais dos servidores públicos do Estado. No período de janeiro a agosto de 91 o IPC do FIPE foi de 150,82%, o IGP, da Fundação Getúlio Vargas de 155,1% e o índice de custo de vida do DIEESE de 175,15% e o Governador Roberto Requião manda para esta Casa de Leis um reajuste simplesmente de 20%.

Nós entendemos que essa política do atual Governador, assim como foi do Gover-

nador anterior, é uma política de achatamento salarial, é uma política que vai acabar conduzindo servidores à miséria. Nós sabemos que o Governador ao tomar essa posição de remeter para cá simplesmente os 20%, sem respeitar a Lei nº 9847/91, que dispõe sobre a data base, ainda é ilegal e é autoritário; ilegal por desrespeitar a lei, autoritário por repor pouco das perdas totais, que seriam hoje, de acordo com o DIEESE, 175,15%. E o Governo tem desrespeitado não somente essa lei, mas inclusive a Constituição Estadual.

Nós sabemos e temos absoluta certeza que o Governo e o Roberto Requião sabem que a inflação de janeiro a agosto foi muito superior aos 20% que para cá ele envia. Ele sabe, porque indiretamente ele acaba confessando no Projeto que aqui está tramitando, o artigo 3º desse Projeto que coloca o reajuste de salário dos senhores Secretários é retroativo a 1º de julho, enquanto a do servidor é de 1º de setembro; isso porque os secretários provavelmente ameaçaram abandonar o Governo por não conseguirem conviver com o salário que recebiam. Não só é retroativo, mas como propõe ainda reajuste diferenciado, estabelecendo um salário ao redor de um milhão cento e cinquenta e oito no total, após apresentar todas as somatórias: os 20%, o cargo em confiança e o salário proposto. Isto prova que o Governador sabe que ele está achatando o salário dos trabalhadores, mas, no entanto, a elite que o cerca, os governantes e seus assessores terão reajuste superior, com verbas especiais para repor essas perdas. E aqui nós estamos falando simplesmente das perdas salariais do atual governo. Nós não podemos esquecer que existem perdas acumuladas dos últimos governantes. A política de achatamento salarial do Governo Álvaro Dias, foi tão draconiana tanto quanto a atual.

O Governo passou, mas o servidor continua e continua perdendo e quem perde com isso é toda a população. Os servidores tentam negociar, procuram o senhor Governador, falaram com secretários, estiveram nesta Assembleia Legislativa e solicitaram reunião com todos os Deputados. Estiveram na CCJ, falaram com o Líder do PMDB, tentaram de tudo para negociar uma posição dessas perdas salariais. Parece que, com raras exceções, todos fizeram ouvidos moucos às queixas desses trabalhadores, foram surdos a esses trabalhadores.

Quando, os patrões se colocam como surdos, e como mudos, não oferecendo proposta, geralmente os trabalhadores vão à luta e entram em greve. Aí parece que os governantes e os patrões acordam e se tornam falantes para criticarem àqueles trabalhadores que estão em greve para lutarem

pelos seus direitos, como se eles fossem os responsáveis por aquele movimento naquele instante, quando a responsabilidade é do patrão.

O Governo Roberto Requião diz que a sua política salarial será de acordo com a política de arrecadação do governo do Estado. Isto, no discurso, mas, na prática, não tem se concretizado porque Roberto Requião não criou mecanismos e nem critérios onde possamos ter acesso às contas do Poder Público. Os trabalhadores do serviço público não sabem quanto o Estado arrecada, os Deputados desta Assembleia Legislativa, pelo menos os da Oposição, também não o sabem porque não existe mecanismo de controle, não existe democracia no governo autoritário de Roberto Requião.

Como não tem dado reajuste para os servidores, supõe-se que não aumentou a arrecadação. Se essa arrecadação não aumentou, provavelmente é por incompetência do próprio governo, porque hoje cerca de 40% do empresariado está lesando o fisco e deixando de pagar conforme denúncias nacionais das associações de fiscais. Se houve arrecadação e não está sobrando dinheiro para dar reajuste, é porque provavelmente está ocorrendo má administração e espero que não esteja ocorrendo, como ocorreu em governo anterior, o desvio de verbas como foi denunciado aqui ontem.

Em função dessa política autoritária e de achatamento de salário, quem sai perdendo é a população como um todo, não somente os servidores. A população perde porque os servidores estão desmotivados e vão procurar "bicos" para poder sobreviver, não se dedicando como devem ao serviço público. O serviço acaba sucateado porque não há interesse na manutenção da boa qualidade. Os melhores técnicos, os melhores profissionais, saem do Estado e vão atuar no setor privado. Isto traz duplo prejuízo ao Estado. Primeiro, porque o Estado perde estes profissionais. Segundo, porque o Estado investiu nestes profissionais e eles vão atuar no setor privado.

Os hospitais públicos, como já denunciado desta tribuna, como o Hospital Universitário de Londrina, perdem leitos e perdem profissionais. É menor o número de leitos à disposição da população porque os médicos estão pedindo a conta para ir trabalhar fora porque não vale a pena trabalhar por este salário pago pelo Estado.

O meio ambiente é deteriorado porque os técnicos que têm que fiscalizar pedem a conta e saem do serviço público.

Aumenta o número de faltas no serviço público, pois os baixos salários predis põem o trabalhador a adoecer fisicamente pela perda da qualidade de vida, ou adoecer psicologicamente pelas preocupações de todos os seus compromissos assumidos e que

não podem ser cumpridos.

Isto tem que ser corrigido e é necessário ser corrigido pelo Governo do Estado. E nós sugerimos, em nome do PT, que o Governo tome a iniciativa e constitua, junto com servidores públicos estaduais, uma comissão efetiva de negociação, com poder de deliberação; e não estas comissõeszinha demagógicas que não têm poder de decisão porque o Governo concentra em suas mãos. E cobramos do Governo também o fim da mentira e da demagogia nos meios de comunicação de que os servidores do Estado do Paraná são bem pagos.

Cobramos sim esta comissão com poder de deliberação e que passe a atuar não como o rei manda, mas sim decidindo de acordo com critérios e posições previamente estabelecidos.

Que o Governo restabeleça, imediatamente, a data-base dos servidores públicos do Estado. E que, após estabelecer esta data-base e criar esta comissão, fixe um prazo máximo de trinta dias para que se conclua os trabalhos e que, nos mesmos, tenha claramente definido um cronograma das perdas salariais, no mínimo, das gestões do PMDB no Governo do Estado do Paraná.

Que esta comissão proponha uma política salarial clara, justa e duradoura e não uma política que diz que existe, que é de acordo com o que for a arrecadação e outros itens obscuros para os servidores e para a população.

Que esta comissão efetivamente negocie e conclua a proposta de um regime único. Regime jurídico único este, que já era para estar feito e pronto em abril de 1990 e que a bancada governista que estava tão legalista ao final da semana passada, no começo desta semana se esquece de cobrar do Governo que dentro desta legalidade que propõem, que ele cumpra a legalidade da Constituição de já ter o regime concluído e respeitar a data-base legalmente estabelecida por esta Assembleia Legislativa.

Que esta comissão em trinta dias elabore uma política de recursos humanos, aonde contemple a reciclagem e a formação de um plano de cargos e salários que hoje se encontra totalmente defasado. Que neste plano se faça a correção de toda e qualquer desigualdade.

Temos absoluta certeza que esses são pontos mínimos e que serão ampliados porque os servidores têm propostas. Não só proposta salarial mas os servidores públicos do Estado do Paraná têm capacidade de propor políticas de melhoria do serviço público, de melhoria de atendimento da população, da melhoria da prestação de atendimento a população e ao povo do Paraná e nós temos certeza absoluta que as lideranças sindicais, esses servidores têm capa-



cidade de negociar e de respeitar acordo e respeitar lei, que o governo não tem essa capacidade, que o governo frequentemente desrespeita como ele vem fazendo nos últimos tempos.

Isto é mais que possível e isso pode ser feito, só não será feito se o governo Requião for irresponsável, se o governo Requião for autoritário. Se ele quer provar que ele é democrático e que ele tem responsabilidade resolva efetivamente a questão do servidor e nós fazemos propostas e os líderes sindicais dos servidores públicos também têm proposta para isto e o Estado do Paraná, que diz o governo, que tem as contas em dia tem condições de responder, a não ser que as contas em dia sejam naqueles dias que passou e estejam as contas por conta dele para ser paga e não a conta em dia com erário público como é o que desejamos.

Talvez nós não estamos sabendo interpretar corretamente o que que é as contas em dia ou seja, as contas comprometidas com o dia que esteve no governo até recentemente e que endividou ou a conta em dia podendo atender as necessidades dos servidores públicos e da população paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação Projeto de Lei nº 411/91. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/91, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que autoriza a doação definitiva às Prefeituras Municipais, das Máquinas e Caminhões recebidos em regime de Comodato. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/91, de autoria do Deputado Ademir Luiz Traiano, que fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE CATANDUVAS-PR, com sede e foro no Município de Catanduvas-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/91, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sertaneja, os imóveis de sua propriedade, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 58/91 que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Mourão, os imóveis de sua propriedade, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que autoriza a Prefeitura de Terra Rica-PR, a utilizar as dependências do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola, para implantação de Curso Supletivo fase I e II. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA-APMI DE Paranavaí-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/91, de autoria do Deputado Severino Felix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA do povoado de Primavera, situada na Cidade de Leopólis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/91, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública o CENTRO COMUNITÁRIO DE OBRAS SOCIAIS DE DOIS VIZINHOS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/91, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CARIDADE SANTA RITA DE CASSIA de Francisco Beltrão-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO AHU CABRAL, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/91, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o MELVI - MOVIMENTO EVANGÉLICO PARA LIBERTA-



ÇÃO DE VIDAS, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 044/91, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Lino, que modifica o Art. 1º, da Resolução n° 074/90, de 24 de outubro de 1990, Município de Rio Branco do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 97/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que autoriza o Poder Executivo a custear despesas com tratamento de saúde de servidores estaduais ativos e inativos, quando acometidos de doenças graves. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 25, de 01.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 97/91

PARECER:

Trata-se de projeto autorizatório, em que o autor propõe que o Poder Executivo seja autorizado a custear despesas com tratamento de servidores ativos e inativos, acometidos de doenças graves.

Condiciona este benefício a exame por parte de junta médica oficial, que fornecerá o laudo comprobatório.

Lembramos que a Lei n° 6174 (Estatuto dos Funcionários Públicos), contempla os casos de apoio a servidores, inclusive auxílio-doença, que se tornam inválidos e merecem até a aposentadoria.

No entanto, tratando-se de projeto autorizatório, em nada fere os dispositivos constitucional e regimental, e por esta razão opinamos favoravelmente à sua tramitação regimental, até sua apreciação em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 97/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a custear despesas com tratamento de saúde de Servidores Estaduais Inativos, quando acometidos de doenças graves.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que impeça a tramitação do projeto delei em tela neste Poder, razão

pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 97/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, visa autorizar o Poder Executivo a custear despesas com o tratamento de saúde dos Servidores Estaduais Ativos e Inativos quando acometidos de doença grave.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, se pronunciaram pelos Pareceres Favoráveis.

Esta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar sobre o que lhe compete, concluiu que a presente proposição é realmente justa.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por cinco (05) sessões. - Deferido.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 328/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 58/91, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Indianópolis, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná na sede daquele município, constituído pelo lote n° 06, da Quadra n° 01, com área de 523,00m<sup>2</sup>, e frente para a Avenida Chavantes, contendo edificação com 165,35m<sup>2</sup>, matriculado sob o n° 5768, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Cianorte. Com PARECERES da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 12.08.91, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO N° 328/91

PARECER:

Procedendo à análise constitucional, legal e regimetal, da proposição supra, de autoria do Poder Executivo e emanada da Mensagem n° 56/91, nenhum óbice encontramos que pudesse impedir ou inviabilizar sua normal tramitação legislativa.

Pelo que nosso parecer é favorável à sua apreciação pelo egrégio Plenário.

Sala das Sessões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 328/91

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega à Comissão o projeto de lei em questão, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita ao Município de Indianópolis, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná na sede daquele município, constituído pelo lote n° 06, da Quadra n° 01, com área de 523,00m², e frente para a Avenida Chavantes, contendo edificação com 165,35m², matriculado sob o n° 5768, no Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício da Comarca de Cianorte. No apelo dado pela Comissão de Constituição e Justiça, nada a opor quanto ao aspecto legal e constitucional.

Chamada a opinar sobre a matéria, e de acordo com o Art. n° 33, § 6°, do Regimento Interno, esta Comissão tem o mesmo entendimento que a douta Comissão de Constituição e Justiça, e portanto o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.91.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 331/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 59/91, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, o imóvel situado no Município de Palmeira, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 12.08.91, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 331/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 59/91, o presente plano de lei tem por finalidade pedir autorização desta Assembleia Legislativa para que possa o Poder Executivo ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Palmeira, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede do referido Município, contendo edificações que totalizam aproximadamente 308,00 m², objeto da Transcrição n° 3292, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A referida Cessão de Uso encontra-se em conformidade com os preceitos constitucionais: arts. 10 e 54, XXXI, da Magna Carta Estadual.

Por outro lado, o pedido de autoriza-

ção legislativa, incluso na citada mensagem governamental, encontra-se devidamente justificado, dispensando qualquer comentário a respeito.

Nestas condições é o nosso parecer favorável, opinando este relator pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 331/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 59/91, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita o imóvel nele especificado, no Município de Palmeira.

A Comissão de Constituição e Justiça, em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria, deu seu parecer favorável.

Esta Comissão, chamada a opinar de conformidade com o Art. 33, § 6°, do Regimento Interno, conclui, através de seu relator, que no projeto de lei em tela nada existe que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n° 331/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

1ª DISCUSSÃO - DO PROJETO DE LEI N° 334/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 062/91, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Medianeira, o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA n° 94, de 12/08/91 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 334/91

P A R E C E R:

Por inexistirem quaisquer óbices quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação da mensagem.

Sala das Comissões, em 22/08/91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 334/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, originado da

Mensagem Governamental nº 062/91, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Medianeira imóvel de propriedade do Estado.

Como se apresenta, o sobremencionado Projeto de Lei mereceu o integral acolhimento desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/08/91

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

RENATO ADUR - Relator

1ª DISCUSSÃO - DO PROJETO DE LEI Nº 334/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, revoga a Lei nº 9283, de 05 de junho de 1990 e cria o Município de Farol, desmembrado de Campo Mourão. Com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 96, de 14/08/91)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 334/91

##### P A R E C E R

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, visa revogar a Lei nº 9.283, de 05 de junho de 1990 (que criou "ad referendum" o Município de FAROL) e cria o MUNICÍPIO DE FAROL, com território desmembrado de Campo Mourão, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica.

A propositura da medida fez-se devida ao Acórdão Nº 16.372, do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, o qual declarou inconstitucional a Lei nº 9283/90, pelas razões expostas no Relatório do processo Nº 10.527. Contudo, quanto ao mérito o referido acórdão posicionou-se favoravelmente à realização de plebiscito visando a criação do Município. E tendo em vista o resultado plebiscitário ter sido favorável a criação do mesmo, apresentou o Autor o presente Projeto de Lei.

Assim sendo, esta Comissão, analisada a matéria em seu aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontra que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do Projeto de Lei Nº 344/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03/09/91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 334/91. Deferido.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, para anunciar aos Deputados da Assembleia Legislativa do Paraná um convite formulado pelo Governador Roberto Requião e que deve estar chegando aos Gabinetes através de telegrama aos Srs. Deputados. Neste sábado às 14 horas na Cidade de Foz do Iguaçu por ocasião de um Seminário promovido pela Federação das Associações Comerciais do Paraná, S. Exa. o Governador estará sancionando o Projeto de Lei aprovado por esta Casa que desobriga do pagamento do ICMS a diferença correspondente aos acréscimos financeiros. Este projeto que era uma reivindicação bastante antiga dos setores comerciais e logistas do Estado do Paraná e que mereceu na legislatura passada propostas semelhantes àquela que tivemos oportunidade de aprovar recentemente, naquela oportunidade não logrou êxito e a matéria não fora aceita pela Secretaria da Fazenda e pelo Governo do Estado. O Governador Requião sensibilizado pela iniciativa da matéria e devidamente orientado pela Secretaria da Fazenda acautou o Projeto de Lei aprovado por esta Casa e neste sábado, repito, às 14 horas em Foz do Iguaçu por ocasião do Seminário promovido pela Federação das Associações Comerciais do Paraná estará sancionando o referido projeto.

Portanto, uma aspiração da comunidade comercial, empresarial, que é neste momento atendida por S. Exa. o Governador, fruto de um projeto aprovado nesta Casa. Todos estão convidados a comparecer a Foz do Iguaçu para acompanhar a sanção desse projeto de Lei.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, na semana passada tinha um Projeto de Lei de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores que cria o Conselho Estadual de Saúde. Naquele dia ele foi retirado, adiado por cinco Sessões em função de tentar fazer um acordo. E naquele momento foi lembrado à Mesa que havia um Decreto do Sr. Governador criando o Conselho e frontalmente inconstitucional. V. Exa. alertou o Líder do Governo de que tal Decreto não deveria ser publicado. O Decreto foi publicado, mesmo sendo inconstitucional, já está no Diário Oficial e consultamos a Mesa se ela já arguiu a inconstitucionalidade desse Decreto junto ao Tribunal de Justiça ou se o fará brevemente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Respondendo a V. Exa. nós confirmamos a maneira meio ditatorial do Sr. Governador do Estado de decretar uma matéria que é de competência da Assembleia. Por isso mesmo tínhamos alertado à Liderança do Governo, mas infelizmente, realmente, o Decreto do Governador foi publicado no Diário Ofi-

civil. A nossa assessoria jurídica já está elaborando uma proposição junto a justiça, não sei se a estadual ou federal, para decretar a nulidade do ato do Sr. Governador do Estado.

Registramos a presença do Sr. Nelson Lopes Cordeiro em Plenário, ex-Prefeito de Itapejara do Oeste.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 043/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, denomina sala DEPUTADO GABRIEL MANOEL as dependências onde está instalada a Gráfica deste Poder Legislativo. Com PARERECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 95, de 13/08/91)

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO 43/91

##### P A R E C E R

O presente Projeto de Resolução, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, visa denominar "SALA DEPUTADO GABRIEL MANOEL", as dependências onde está instalada a gráfica deste Poder Legislativo.

A medida reveste-se de um caráter altamente elogiável, uma vez que pela ação profícua do nobre Deputado, recentemente falecido, deixou marcas profundas na sua passagem por esta Augusta Casa de Leis.

Verificamos a não existência de óbice de natureza legal ou regimental, que impeça o objetivo pretendido em matéria ora em pauta, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 23/08/91

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Sobre a mesa, requerimento de n° 2400, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2401, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2402 e 2403, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2404, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2408, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos de n°s 2409, 2410 e 2414, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - Aprovados. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2411, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

Curitiba, quinta, em 19.09.91

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 2412 e 2413, de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n°s 2415, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Srs. Deputados Albino Corazza, Eurides Moura, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2416 e 2417, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 141 e 180/91.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 328, 331 e 334/91, e do Projeto de Resolução n° 43/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 41/91.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 1991.

"Carta de Curitiba",  
conclusiva do I Encontro Paranaense  
dos Advogados Criminalistas

Os advogados reunidos do I Encontro Paranaense dos Advogados Criminalistas, realizado em Curitiba nos dias 28 e 29.06.91, com os objetivos de congruar os profissionais da área e de discutir os problemas da Advocacia e da Justiça criminais, acordaram em proclamar solenemente que:

I - Somente um Estado-de-Direito Democrático pode absorver as tensões entre as demandas de segurança pública e as salvaguardas de liberdade individual, assegurando-lhes o equilíbrio imprescindível a um regime de paz social.

II - O respeito pontual por parte dos aparelhos de Estado aos direitos e garantias individuais dispostos na Constituição Federal Brasileira e nas Declarações Internacionais, longe de conduzir à impunidade do crime, contribui para o aperfeiçoamento e eficácia dos padrões de investigação e repressão ao delito, ao tempo em que previne violações à dignidade da pessoa humana e erros judiciais.

III - Merece o aplauso de toda a sociedade a edição do Decreto nº 465, de 11/06/91, pelo Governo do Estado do Paraná, visando a proteção da imagem, intimidade e presunção de inocência das pessoas envolvidas em situações de antisociabilidade contra o sensacionalismo de certos programas jornalísticos que, na contra-mão de um jornalismo investigativo e imparcial, só fazem escarnecer da desgraça alheia e estimular a paranóia coletiva, enquanto conferem notoriedade indesejável a criminosos. Resta esperar que o Governo paranaense vele pelo cumprimento rigoroso do citado Decreto.

IV - O Advogado criminalista desempenha, no seu ofício profissional, uma relevantíssima função pública na medida em que assegura aos cidadãos o respeito e o exercício dos seus direitos legais. Quando na Defesa, ainda que de pessoas que efetivamente tenham delinquido, que deve exercer com destemor e total empenho, não pode o Advogado ser confundido como delinquente, nem estigmatizado por esgotar em favor deste todos os recursos legais, já que é a própria sociedade quem exige que apenas o verdadeiro culpado seja punido na medida

do seu grau de culpa.

V - Deve o criminalista conscientizar-se do seu papel de agente de transformação social enquanto luta contra as injustiças, preconceitos e violências que oprimem aos pobres e aos marginalizados em geral, cumprindo-lhe buscar o aprofundamento dos princípios democráticos da nossa ordem jurídica e pugnar por uma aplicação alternativa do Direito sempre e quando se trate de corrigir desigualdades sociais.

VI - A pena de morte deve ser intransigentemente repudiada, cabendo à Ordem dos Advogados do Brasil realizar a sua parte na luta contra a aprovação do plebiscito acerca da adoção da pena capital. O crime é um produto social de natureza complexa e, mesmo quando cometido predominantemente por fatores endógenos, não irá desaparecer e nem diminuir pela exacerbação das penas e/ou instituição da pena de morte, fórmulas já fracassadas no mundo inteiro. A ordem pública é consequência da justiça social sob o Estado-de-Direito Democrático".

Foi deliberado pela convocação de um Encontro brasileiro para o ano próximo, pela criação da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas e pelo estímulo a fundação de Associações com os mesmos objetivos a níveis estaduais e regionais.

Curitiba, 12 de setembro de 1.991

(a) ELIAS MATTAR ASSAD  
Presidente